

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 903.125 PARANÁ

RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI
RECTE.(S) : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES -
ANATEL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
SOCIAL ECONÔMICO E CULTURAL DE PINHÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO: 1. Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto com base no art. 102, III, da Constituição Federal em que a parte recorrente sustenta, preliminarmente, a existência de repercussão geral da matéria e aponta ofensa, pelo juízo recorrido, a dispositivos constitucionais.

2. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que é ônus do recorrente a demonstração formal e fundamentada de repercussão geral da matéria constitucional discutida no recurso extraordinário, com indicação específica das circunstâncias reais que evidenciem, no caso concreto, a relevância econômica, política, social ou jurídica. Não bastam, portanto, para que seja atendido o requisito previsto nos artigos 102, § 3º, da CF e 543-A, § 2º, do CPC, alegações genéricas a respeito do instituto, como a mera afirmação de que (a) a matéria controvertida tem repercussão geral; (b) o tema goza de importância econômica, política, social ou jurídica; (c) a questão ultrapassa os interesses subjetivos da parte ou tem manifesto potencial de repetitividade; (d) a repercussão geral é consequência inevitável de suposta violação a dispositivo constitucional; ou, ainda, (e) há jurisprudência pacífica desta Corte quanto ao tema discutido. Nesse sentido: ARE 691.595-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 25/02/2013; ARE 696.347-AgR-segundo, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 14/02/2013; ARE 696.263-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 19/02/2013; AI 717.821-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de 13/08/2012.

Ora, no caso, a alegação de repercussão geral não está acompanhada

de fundamentação demonstrativa nos moldes exigidos pela jurisprudência do STF.

3. Ainda que superado esse grave óbice, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte no sentido de que, nas comarcas onde não há Vara da Justiça Federal, os juízes estaduais são competentes para processar e julgar as execuções fiscais propostas pela União, suas autarquias e empresas públicas em face dos devedores nelas domiciliados. Vejam-se os seguintes precedentes de ambas as Turmas:

DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. COMPETÊNCIA. ART. 109, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECEDENTES. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 25.10.2012.

O Tribunal a quo decidiu em consonância com a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido de que, nas comarcas onde não há vara da Justiça Federal, os juízes estaduais são competentes para apreciar a execução fiscal da União e de suas autarquias ajuizadas contra devedores lá domiciliados. Precedentes.

Agravo regimental conhecido e não provido. (ARE 805.201-AgR, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 15/9/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMPRESA PÚBLICA FEDERAL. COMPETÊNCIA. ARTIGO 109, I E § 3º DA CB/88.

1. Nas comarcas do interior onde não funcione Vara da Justiça Federal, os Juízes Estaduais serão competentes para apreciar os executivos fiscais da União e de suas autarquias, ajuizados contra devedores domiciliados nas respectivas comarcas.

2. Incide aqui o disposto no artigo 15, I, da Lei n. 5.010/66.

Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 232.472-AgR, Rel. Min. EROS GRAU, Segunda Turma, DJe de 15/8/2008)

CONSTITUCIONAL. PROCESSO CIVIL.
COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. JUSTIÇA FEDERAL.
ART. 109, I E § 3º. EMPRESA PÚBLICA FEDERAL CONTRA
INSS.

1. Embora o presente processo envolva duas entidades federais: uma autarquia, na condição de autora, e uma empresa pública, na posição de ré, a recorrente é domiciliada em cidade onde existe apenas vara estadual, o que atrai a exceção criada no § 3º do art. 109 da CF/88.

2. A regra do inciso I do art. 15 da Lei 5.010/66, ao mesmo tempo que buscou facilitar a defesa do contribuinte, procurou garantir a própria eficácia da execução fiscal.

3. É evidente que atos como citação e penhora tornam-se mais fáceis e geram menos custos se o processo tramitar na mesma cidade da sede do devedor do tributo. A tramitação do feito perante uma das Varas Federais da Subseção Judiciária de São José dos Campos acarretaria desarrazoada demora na resolução do processo e inegável prejuízo à própria prestação jurisdicional.

4. Recurso extraordinário conhecido e improvido. (RE 390.664, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, DJ de 16/9/2005)

E ainda: ARE 807.309-AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 20/6/2014.

4. Diante do exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministro **TEORI ZAVASCKI**

Relator

Documento assinado digitalmente

ARE 903125 / PR